

O desenvolvimento do turismo rural com perspectivas sustentáveis para a comunidade Lagoa da Prata – Parnaíba/Piauí

Rural tourism development as sustainable perspectives for the Lagoa da Prata community – Parnaíba/Piauí

José Maria Alves da Cunha

Graduando em Turismo pela Universidade Federal do Piauí – UFPI, Terezina/PI, Brasil E-mail: jmacunha1@hotmail.com

Ricardo Rayan Nascimento Rocha

Bacharel em Turismo pela Universidade Federal do Piauí – UFPI, Terezina/PI, Brasil E-mail: rayan.rayan.rr@hotmail.com

André Riani Costa Perinotto

Professor Adjunto do Curso de Turismo da Universidade Federal do Piauí – UFPI, Terezina/PI, Brasil E-mail: perinotto@ufpi.edu.br

*Artigo recebido em: 10-10-2014
Artigo aprovado em: 02-06-2015*

RESUMO

O trabalho tem como objetivo analisar a possibilidade de desenvolvimento do turismo rural na comunidade Lagoa da Prata, em Parnaíba, Piauí, a partir de uma abordagem sustentável. Além disso, caracterizar a área do objeto de estudo com uma visão holística e estabelecer teoricamente os meios de viabilizar o segmento na localidade. A metodologia empregada partiu da pesquisa bibliográfica (livros e *sites*), documental e de campo, com aplicação de questionários fechados e a observação simples. A pesquisa revelou singularidades e potencialidades na região quanto à implantação do turismo no espaço rural, com destaque para a população local que se mostrou disposta a participar da atividade, condição que favorece o processo de implementação do turismo em áreas rurais. Assim, conclui-se que o planejamento estratégico e participativo deve existir antes do início da exploração turística, a fim de priorizar a anulação de possíveis impactos negativos sobre a comunidade.

Palavras-chave: Comunidade Lagoa da Prata. Turismo Rural. Desenvolvimento Sustentável.

ABSTRACT

This paper aims at analyzing the possibility of development for rural tourism in the community Lagoa da Prata, in Parnaíba, Piauí, from a sustainable approach. Besides, it characterizes the area of the study object with a holistic view and establishes the means to make such segment possible in the locality. For the methodology we used bibliographical (books and websites), documental and field research through applying closed questionnaires and simple observation. The research showed singularities and potentialities in the area concerning the implementation of tourism in rural areas. Thus, we could conclude that the strategic and participative planning has to take place before the touristic exploration in order to prioritize the cancellation of possible negative impacts over the community.

Keywords: Community Lagoa da Prata. Rural Tourism. Sustainable Development.

1. INTRODUÇÃO

O turismo rural é um segmento turístico pouco difundido no Brasil, se comparado a outros, como o ecoturismo e o de sol e praia. Atualmente, os espaços ruralizados precisam ser reinventados devido ao agronegócio estar tornando as áreas cultiváveis do país em verdadeiros campos de monocultura degradante e poluidora do solo (Rodrigues, 2007), sem falar da mudança paisagística do local.

O turismo aparece como uma segunda alternativa a estes espaços, sendo percebido como um vetor de desenvolvimento local. Desse modo, o turismo faz uso do espaço rural de forma associada com a natureza através de outro segmento - o ecoturismo - estabelecendo o contato direto com a natureza e às práticas culturais da população rural (Irving, 2007).

Observando o desenvolvimento da atividade do turismo no norte do estado do Piauí é fácil perceber a defasagem, em termos de produtos turísticos, na região, uma vez que a exploração turística ocorre com maior ênfase no Delta do Parnaíba, principal atrativo turístico do estado e que absorve o maior número de turistas que se deslocam até a região conhecida como Pólo Costa do Delta, de acordo com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas [SEBRAE/PI] (2012). Para dinamizar a oferta turística na região é preciso inventariar outros segmentos a fim de potencializá-los, visando absorver a demanda turística de perfis variados.

Neste contexto, a proposta deste trabalho foi direcionada com a perspectiva de desenvolvimento do turismo rural sustentável na comunidade Lagoa da Prata, objeto de estudo, a qual se localiza junto ao bairro Igarauçu, no município de Parnaíba, cidade litorânea ao norte do estado do Piauí, que possui a segunda maior população e o segundo maior Produto Interno Bruto (PIB) do estado, perdendo apenas à capital, Teresina, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE] (2014). A proximidade entre a comunidade e o centro urbano do município (10 quilômetros), a ausência da infraestrutura básica adequada e a crescente necessidade por emprego e renda faz com que estes aspectos incidam sobre a indicação do local para execução deste trabalho, sendo, portanto, mais uma opção à prática do turismo no município, oportunizando a centenas de famílias melhores condições de vida.

2. CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

A cidade de Parnaíba possui atrativos e potencialidades para o turismo. Entretanto, o setor público não tomou ciência deste fato e, em contrapartida, o privado demonstra interesse em ampliar e melhorar a oferta de bens, serviços e produtos turísticos, conforme se observa a formação do *cluster* turístico local.

O município conta com uma população estimada pelo IBGE (2014) de 149.348 habitantes, onde 28,47% da população, segundo o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil [ADHB] (2010) encontravam-se na faixa economicamente ativa - 15 a 29 anos –, situação favorável ao aumento e ao estímulo das atividades relacionadas ao trabalho.

Os dados do IBGE (2014) indicam o forte crescimento econômico puxado pelo setor de serviços, seguido pela indústria e a agricultura (IBGE, 2014). Assim, nota-se a relevância do setor terciário à econômica local, condição propícia ao desenvolvimento de atividades menos degradantes, como o turismo, quando comparado à petrolífera, por exemplo.

O município, nos últimos cinco anos, presencia constantes transformações na infraestrutura básica e turística, buscando atender melhor os visitantes, mas principalmente o morador. O ano de 2014 revelou novidades à urbe: inauguração de dois *shopping centers* (01 com previsão de inauguração para o mês de novembro do corrente ano); reativação dos voos regulares através do único aeroporto internacional do estado; instalação do curso de Medicina no *Campus* da Universidade Federal do Piauí [UFPI], início da operação da segunda usina eólica, entre outras. Por trás de tudo isso, há o desejo nos municípios de ver Parnaíba crescer e tornar-se uma cidade com boa infraestrutura, oferecendo melhor condição de vida e de acesso ao lazer a seus moradores.

A proposta do artigo tem como objeto de estudo a comunidade Lagoa da Prata, localidade de modos e costumes tradicionais, onde a beleza cênica aliada à tranquilidade do lugar são amostras grátis e um convite ao bem estar psicofísico. Através da pesquisa de campo, foi observado no local uma variedade considerada de chácaras e fazendas, trilhas, vegetação frutífera nativa, lagoa e rio, além da pesca e de atividades tradicionais, que associados à paisagem rural, compõem parte da oferta turística potencial.

Para indicar os dados demográficos da comunidade, documentos internos da Unidade Básica de Saúde [UBS] Módulo 32 – Vegetal - apontam que o bairro Igaracu possui 798 famílias (até janeiro de 2014), onde o órgão de saúde municipal fixa a média familiar do bairro em 4,5 indivíduos, estimando em 3591 a população total. Diante da impossibilidade e confiabilidade de dados por outros meios, a fonte primária consultada possibilitou a coleta de

informações necessárias acerca do que se pretendia investigar. Em razão disso, os materiais básicos contidos em documentos oficiais, constituem-se em uma importante fonte de consulta, embora haja limitação no acesso por conta da dificuldade na obtenção do material, feito através do envio de ofícios ou solicitações ao diretor da unidade de saúde.

As principais atividades econômicas desenvolvidas são: a pesca, a agricultura de subsistência e a criação de pequenos animais, evidenciando o uso da renda invisível no complemento financeiro. Os recursos naturais (vegetais, hídricos e minerais) são utilizados de maneira responsável, impondo respeito às gerações futuras, princípios para o desenvolvimento sustentável. Assim, quase todos os insumos alimentícios consumidos são por eles produzidos, e de maneira orgânica, garantindo maior qualidade de vida.

Dois problemas de ordem sociopolítica são recorrentes à comunidade, o primeiro está ligado ao setor público, o qual não direciona ações básicas de infraestrutura à localidade, como: estradas, esgotamento sanitário, segurança, entre outros. O segundo refere-se ao êxodo rural, onde os jovens se direcionam para os centros urbanos desenvolvidos em busca de emprego.

Em suma, o turismo no espaço rural não pode ser apontado como a atividade de salvação do local, pois na sua execução são gerados além dos impactos positivos, os negativos. Os últimos concentram sérios transtornos aos nativos e ao meio ambiente. Contudo, destaca-se sua relevância no contexto primordial do segmento, que é promover o local a fim de trazer ao meio rural melhores condições de vida, oportunidades de crescimento socioeconômico e manutenção da cultura agrícola tradicional, da pesca artesanal e das atividades pastoris, como sugere Ruschmann (1997).

Portanto, na observação simples durante a pesquisa de campo, percebeu-se a demasiada oferta turística potencial, constatada pelo grande número de atrativos anteriormente mencionados, possibilitando formas para o desenvolvimento turístico local. Esse número elevado de atrativos, no turismo, constitui-se numa oportunidade de mercado, visto a variedade de público que tende a consumir determinados produtos em um mesmo destino. Soma-se a isso a necessidade da comunidade por alternativas de renda e difusão cultural, meios que viabilizam o desenvolvimento do turismo de maneira sustentável, aliando à preservação do ambiente, o acréscimo de renda e a manutenção dos costumes, como princípios básicos e de garantia às próximas gerações, como também pelo poder de apropriação e consumo destas características pela atividade do turismo

3. TURISMO RURAL: REVISÃO TEÓRICA

O turismo como atividade do terceiro setor da economia é dinâmico e ao mesmo tempo flexível, possui capacidade elevada de desenvolver lugares, como também de causar impactos indesejáveis, concomitantemente, ao homem e ao ambiente que o cerca. O recente trabalho de Santos e Kadota (2012) indica que o setor de turismo responde por cerca de 10% do PIB mundial e gera mais de 230 milhões de empregos em todo o planeta, consolidando-se no mercado como atividade promissora, tendo perspectivas de crescimento maiores do que a indústria convencional.

No Brasil, em dezembro de 2013, o Instituto Brasileiro de Turismo [EMBRATUR] (2014) divulgou dados que colocam o setor em terceiro lugar em volume financeiro, perdendo apenas à indústria automobilística e a de papel e celulose. Esta tendência já havia sido anunciada pela Organização Mundial do Turismo [OMT] no início do século XXI, sendo discutida no trabalho de Molina (2001, p. 179), no qual afirma que “[...] o rápido crescimento das correntes turísticas nas últimas décadas continuará até se transformar na atividade comercial mais importante do planeta, com um volume de transações maior que o da indústria automotiva e a do petróleo”. Tal característica pressupõe um quadro de pressão maior para os espaços naturais voltados ao uso pelo turismo.

Para compreender e discutir o funcionamento do turismo, desde o início do século XX diversos autores passaram a estudá-lo e a conceituá-lo conforme suas pesquisas e pontos de atuação. Um dos pioneiros foi o economista austríaco Hernan von Schullard, em 1910 afirmou que turismo é “[...] a soma das operações, especialmente as de natureza econômica, diretamente relacionadas com a entrada, a permanência e o deslocamento de estrangeiros para dentro e para fora de um país, cidade ou região” (como citado em Ignarra, 2001, p. 23).

Em 1942, os suíços Hunziker e Krapf definiam a atividade como sendo “a soma dos fenômenos e das relações resultantes da viagem e da permanência de não residentes, na medida em que não leva à residência permanente e não estar relacionado a nenhuma atividade remunerada” (como citado em Beni, 2003, p. 36).

Para McIntosh (1993), turismo é conceituado “[...] como a ciência, a arte e a atividade de atrair e transportar visitantes, alojá-los e cortesmente satisfazer suas necessidades e desejos” (como citado em Ignarra, 2001, p. 24).

Entre as várias definições, Jafari (1990) apresenta uma com visão mais holística, incorporando ao estudo do turismo novas teorias, a partir de bases antropológicas, sociológicas, econômicas, geográficas, políticas, entre outras. Ainda assim, as abordagens

contemporâneas acrescentam diferentes disciplinas na academia, como o *marketing*, o direito e a psicologia. Para Jafari (1990), turismo trata-se do “estudo do homem longe de seu local de residência, da indústria que satisfaz suas necessidades, e dos impactos que ambos, ele e a indústria, geram sobre os ambientes físicos, econômicos e socioculturais da área receptora” (como citado em Beni, 2003, p. 36).

Em suma, as muitas definições de turismo norteiam o profissional e os demais integrantes da área nas várias ações relacionadas à atividade, carente de inovações e de incentivos do setor público no tocante ao planejamento e organização da infraestrutura básica de turismo, objetivando melhorar sua atuação no cenário econômico nacional, passando a ter maior valorização em determinados aspectos, a saber: a geração de emprego e renda e a grande (e pouca explorada) vantagem brasileira na área, por meio do uso turístico do vasto território nacional.

Com a expansão do setor de turismo no Brasil desde a década de 1970, aumentaram os campos de atuação e a oferta de bens e serviços, como também o acréscimo de novos segmentos, com relevância para o ecoturismo, seguindo uma tendência mundial de crescimento, embora o de sol e praia seja mais predominante, Ministério do Turismo [MTur] (2008). Entretanto, outras modalidades são difundidas país afora, buscando abarcar as diversas fatias e perfis dos turistas. Nas palavras de Lohmann e Panosso (2008, p. 164), a segmentação foi criada para atingir de maneira mais certa os potenciais consumidores, eles veem isso como “[...] uma estratégia de marketing que divide os consumidores em segmentos ou subsegmentos, de acordo com os critérios preestabelecidos na busca da otimização dos recursos existentes nas relações entre demanda e oferta”.

Neste cenário, o turismo rural é um segmento apoiado na perspectiva da interação harmoniosa e equilibrada do turista com o homem do campo nas suas práticas simples, cotidianas e tradicionais, fator que propicia a milhares de famílias um vasto mundo de oportunidades, haja vista o elevado número de comunidades rurais em toda a dimensão do espaço geográfico brasileiro.

Conforme Santos (1998 como citado em Perinotto, 2008), as atividades turísticas no espaço rural têm recebido uma infinidade de nomes. A EMBRATUR (1994) em seu Manual Operacional de Turismo Rural (1994) conceitua turismo rural como um turismo diferente, turismo de interior, turismo doméstico, turismo integrado, turismo endógeno, turismo alternativo, agroturismo e turismo verde.

Segundo o MTur (2006, p. 3 como citado em Dias, 2011, p. 25), o turismo rural constitui-se como o:

Conjunto de atividades turísticas desenvolvidas no meio rural, comprometido com a produção agropecuária, agregando valor a produtos e serviços, resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural da comunidade. Tais atividades turísticas no meio rural constituem-se da oferta de serviços, equipamentos e produtos de: hospedagem; alimentação; recepção à visitação em propriedades rurais; recreação, entretenimento e atividades pedagógicas vinculadas ao contexto rural; outras atividades complementares às [...] listadas, desde que praticadas no meio rural, que existam em função do turismo ou que se constituam no motivo da visitação.

Para Schneider e Fialho (2000, pp. 35-36):

A comunidade local, em geral, também é beneficiada pelas iniciativas de expansão e consolidação no meio rural, através da realização de obras de melhoria da infraestrutura e pela criação ou aperfeiçoamento dos serviços oferecidos como o saneamento básico, a pavimentação de estradas, o acesso às telecomunicações, a recuperação de áreas degradadas, a conservação de parques e reservas florestais.

Dias e Aguiar (2002, p. 112) consideram que, independentemente da concepção e conceituação de turismo rural, o fator principal “[...] é que ele está ligado a atividades humanas desenvolvidas prioritariamente no meio ambiente natural, a existência de uma cultura de relacionamento do homem com atividades produtivas vinculadas à produção rural”.

Considerando a relação próxima entre ecoturismo e turismo rural - onde muitas das vezes são confundidos quando da sua execução -, Rodrigues (2003), a partir do que chama de hibridismo, o estuda e até o denomina como “turismo ecorrural” devido à ambiguidade dos tipos de turismo e das funções práticas exercidas terem paridades, embora sejam distintos para outros estudiosos e pesquisadores. Seguindo o pensamento de Rodrigues (2003), a autora cita o turismo desenvolvido na cidade de Brotas (SP), onde verifica diversas práticas de turismo rural como cavalgadas, mas inclui algumas do turismo de aventura, como: bóia-cros, *rafting*, canoagem, escaladas, entre outros.

Sendo assim, o turismo no espaço ruralizado apresenta-se como uma eficiente atividade econômica e, ao mesmo tempo, promove a preservação incidindo valores de responsabilidade socioambiental, pois o desenvolvimento planejado do segmento provoca inserções positivas no campo, embora que de forma desordenada possa comprometê-lo.

O crescimento do segmento é atenuado, entre outros motivos, pela procura do bem estar físico e mental, da tranquilidade e do sossego, características distintas do turismo convencional ou de massa. Para Catai (2006, p. 11), “o estresse provocado pela queda dos níveis de qualidade de vida causa no indivíduo a necessidade de fuga ou, como alguns consideram, ‘o retorno à vida simples e pacata’”. Isso mostra a necessidade individual ou coletiva da sociedade atual de viajar para manter-se bem psicofisicamente, condicionante que

gera oportunidades latentes no mercado turístico brasileiro quando coloca em evidência um dos seus principais trunfos: o turismo rural.

A Organização Internacional do Trabalho [OIT] (2011, p. 3) trata o turismo na sua forma mais concebível de realização, enfatizando o desenvolvimento socioeconômico na intenção de reduzir a pobreza humana:

O turismo é um dos setores econômicos que mais está crescendo em diversos países do mundo. Trata-se de um setor intensivo em mão-de-obra e uma importante fonte de desenvolvimento e empregos, especialmente para grupos com acesso limitado ao mercado de trabalho, como mulheres, jovens, trabalhadores migrantes e populações rurais. Ele pode contribuir muito para o desenvolvimento social e econômico e para a redução da pobreza.

Com isso, ressalta-se a carência e formas de implantação do turismo em comunidades rurais, como forma de auxílio e complemento à renda e, também, da eliminação de um dos principais problemas atuais do campo: o êxodo rural. Onde, para Loch e Walkowski (2009, p. 48) “[...] favorece o empobrecimento das famílias e ocasiona problemas socioculturais como o desordenamento urbano”.

Porém, nestes espaços de potencialidades turísticas, alvos da instalação de projetos de turismo rural, o planejamento *in loco* é imprescindível e deve ser executado por equipe técnica especializada. É através dele que haverá estímulo à realização de melhorias na infraestrutura local; criação de um mercado de consumo local; proteção e manutenção do patrimônio histórico, cultural e natural; dinamismo econômico e social; geração de empregos com maior qualidade, entre outros. Todavia, a ausência dele pode causar concentração de renda; aculturação; desordem na circulação de pessoas; ocorrência de desequilíbrio regional; elevação de conflitos sociais e do custo de vida (Catai, 2006). Isso mostra o quão ruim é o turismo desordenado, modelo perigoso e comumente utilizado por muitas regiões turísticas do Brasil que somente priorizam o desenvolvimento econômico.

Neste mesmo sentido, Silva (2007, p. 267) destaca:

Outros diferentes aspectos, como o êxodo rural, a desvalorização e queda da produção de alguns meios agrários e pecuários, e a necessidade da população urbana em desanuviar o *stress* do seu dia a dia em seus períodos de folga, induzem a que o turismo rural seja uma nova opção como atividade produtiva e que ainda estimule a conservação ambiental e o resgate e preservação dos valores culturais.

Para o melhor delineamento das ações que envolvem a atividade turística, faz-se necessário a adoção de um planejamento específico para a destinação, estabelecendo estratégias e mecanismos que garantam o futuro da atividade, auxiliando no processo de tomada de decisões por parte dos envolvidos. Loch e Walkowski (2009) atentam para a importância de um planejamento em busca de ordenar as ações a serem desenvolvidas em

determinadas localidades com fins turísticos, visando alcançar o desenvolvimento sustentável. Os autores lembram também que no espaço rural este instrumento é imprescindível, visto que o seu desordenamento causa impactos irreversíveis à cultura, ao homem e ao meio ambiente, modificando para sempre a tradicionalidade do lugar, sendo esta uma atratividade para o turismo rural.

Segundo Molina (2005, p. 46):

O planejamento do turismo é um processo racional cujo objetivo maior consiste em assegurar o crescimento e o desenvolvimento turístico. Este processo implica vincular os aspectos relacionados com a oferta, a demanda e, em suma, todos os subsistemas turísticos, em concordância com as orientações dos demais setores do país.

Desse modo, é pertinente entender como se dá esse processo e quais as implicações que causa no lugar, onde a participação dos nativos é parte importante da realização de qualquer estudo ou planejamento a fim de se implantar algo. Vale ressaltar que a ausência de planejamento contribui para o aparecimento de diversos efeitos negativos acometidos pelo turismo, que vai desde a ordem social até os mais variados aspectos básicos da vida.

Para conter e neutralizar possíveis conflitos entre os planejadores e a população local, o planejamento participativo aparece como um relevante instrumento de validação desses projetos. Esse processo foi se aperfeiçoando ao passo que os benefícios foram percebidos com maior intensidade, logo, a participação do maior número de agentes vai possibilitar que todos os aspectos sejam contemplados, melhorando a qualidade de vida da comunidade beneficiada, como afirma Loch e Walkowski (2009).

Seguindo essa tendência, Molina (2005) revela que os modelos de planejamento estão sofrendo mudanças e se adequam à nova realidade, onde os processos centralizados de planejamento estão dando lugar a outro de caráter mais participativo, inferindo no reconhecimento dos interesses locais.

A necessidade de planejamento é tamanha e incide, substancialmente, no ciclo de vida dos destinos e produtos turísticos propostos por Butler (1980). Contemplar a análise do ciclo de vida de um destino ou produto turístico num modelo de planejamento é importante porque determina, ainda na fase de elaboração, estratégias de combate ao “falecimento” da destinação turística, assegurando o desenvolvimento da atividade por ciclos infinitos de vida, ao passo que ao chegar à maturidade, o processo de planejamento indique formas para o seu rejuvenescimento por meio da inovação, evitando a estagnação.

Para concepção de turismo rural, é relevante ater-se ao modelo sustentável de desenvolvimento. As áreas rurais apresentam características intrínsecas àquele lugar, concentrando fragilidades nas esferas econômica, ambiental e sociocultural. Valendo-se desse

preceito, Eusébio e Figueiredo (2014) sugerem que nestes espaços o desenvolvimento ocorra com obrigatoriedade, obedecendo aos princípios da sustentabilidade. As autoras continuam, para elas “a sobrevivência destas áreas e o seu possível usufruto por parte das gerações futuras serão fortemente comprometidas se forem palco de estratégias de desenvolvimento que não se norteiam por esses princípios” (Eusébio & Figueiredo, 2014, p. 52). Desse modo, o planejamento participativo tende a ajudar as perspectivas sustentáveis para a implantação e o desenvolvimento da atividade turística em áreas rurais.

Para vislumbrar as potencialidades do turismo rural e depois potencializá-las, faz-se necessário identificar os atrativos. Para Catai (2006, p. 13), esse “[...] processo de identificação é constituído pela realização do Inventário Turístico como instrumento primário para chegar ao diagnóstico e às possíveis ações relacionadas à criação de um produto turístico”. Esse é o marco inicial de qualquer planejamento turístico.

Para incrementar e adicionar outras fontes de recurso às comunidades rurais, o Governo Federal, por meio do Ministério do Desenvolvimento Agrário [MDA] (2004), implantou, em (2004), o Programa Nacional de Turismo Rural na Agricultura Familiar [PNTRAF], com ações vinculadas à Rede de Turismo Rural na Agricultura Familiar [TRAF], iniciada em (2001). A Rede TRAF constituiu-se de “[...] uma articulação nacional de instituições governamentais e não-governamentais, técnicos e agricultores familiares organizados, que atuam nas atividades do turismo rural com objetivos de fortalecer a agricultura familiar e promover o desenvolvimento rural sustentável” (PNTRAF, 2004, p. 7). Antes disso, o Governo Federal, em 1996, criou o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar [PRONAF], tendo como objetivo direcionar créditos para intensificar a produção agrícola e não-agrícola, incluindo, também, a cessão de linhas de crédito para atividades do turismo rural (Candiotto, 2013).

No Brasil existe a atuação do Instituto de Desenvolvimento do Turismo Rural [IDESTUR] (2014), organismo que levanta a bandeira do desenvolvimento do turismo, estando interligado a uma rede internacional de entidades com propósitos iguais. O IDESTUR (2014) trabalha com o objetivo de desenvolver finalidades específicas do turismo rural e suas ações estão voltadas à prestação de serviços relevantes à sociedade, como: cursos de capacitação, eventos, seminários e, ainda, participa da construção e elaboração de políticas públicas estaduais e nacionais voltadas ao turismo rural. Além disso, o IDESTUR (2014) possui uma lista representativa de parceiros do setor, tais como operadoras de turismo,

associações de agências de viagens, associações e institutos de turismo rural, MTur e o SEBRAE (IDESTUR, 2014).

Portanto, esses processos constituem-se de abordagens relevantes no reconhecimento do local com prospecção turística. Tais métodos norteiam os envolvidos na atuação destes espaços, aumentando a capacidade do turismo no espaço ruralizado ser um meio alternativo de renda e de proteção às práticas culturais do lugar, importante legado deixado pelo segmento. Desse modo, o turismo no espaço rural configura-se como um modelo que melhora o aspecto econômico, soma-se a isso os ganhos com a proteção da natureza e a salvaguarda dos modos de vida tradicionais, elementos necessários à valorização da cultura agrária e do povo do campo. Percebe-se, também, a atuação do Governo Federal em promover, através de programas específicos, condições que subsidiam e apoiam iniciativas ligadas ao turismo rural.

4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Os procedimentos metodológicos foram divididos em três partes: a pesquisa bibliográfica em livros e *sites*, fundamental para a compreensão do tema e articulação das ideias e dos objetivos, além de fornecer base para a pesquisa de campo; a documental possibilitou o acesso a informações relevantes sobre a população no tocante ao seu comportamento, seus hábitos, suas características e condições de vida, isso advindo de documentos, principalmente, da UBS Módulo 32 Vegeflora; e, por fim, o contato direto através da pesquisa de campo do tipo quantitativa-descritiva, com amostra probabilística.

A pesquisa de campo aconteceu nos dias 15 e 16 de fevereiro do corrente ano (2014, sábado e domingo) com início às 15 horas e encerramento às 18 horas, a escolha do horário foi determinada previamente, devido ser esta a maior probabilidade de encontrar os moradores em suas residências, ao se conhecer a localidade previamente. A partir disso, a aplicação dos questionários abordava os moradores em seus domicílios e, devido à distância relativamente grande entre as residências e por conta da condução ser a pé, isto impossibilitou que mais domicílios fossem visitados, resultando na aplicação de poucos questionários. Em cada um dos dias de execução da pesquisa de campo foram levados 50 questionários e havia um limite de horário para aplicação (15:00 às 18:00 horas), estabelecendo o método por esgotamento (Marconi & Lakatos, 2003). Feito isso, foram aplicados 21 questionários no primeiro dia e 20 no segundo, totalizando 41 questionários. Os dados foram tabulados por meio do *software* Statistical Package for the Social Sciences (SPSS) – versão 20.

Os questionários possuíam 22 questões fechadas, abordando aspectos socioeconômicos e outros específicos ao tema do trabalho. Algumas perguntas estranhas ao conhecimento dos respondentes havia necessidade de explicação onde, após o seu detalhamento, era retomada a aplicação do questionário. Tal procedimento repetiu-se seguidas vezes com a pergunta “Você conhece ou já ouviu falar em turismo rural?”. Entretanto, após o entendimento por parte dos respondentes a coleta de dados ocorria normalmente, sem nenhum tipo de contratempo posterior.

Outra técnica utilizada foi a observação simples, onde, na concepção de Gil (2008, p. 101) é vista como uma relevante fonte de coleta de dados, pois sugere “[...] um processo de análise e interpretação, o que lhe confere a sistematização e o controle requeridos dos procedimentos científicos”. Esta técnica teve sua importância pelo fato de os pesquisadores atuarem na academia e possuírem um senso crítico capaz de identificar atrativos e provocar questionamentos quanto à aplicação e implantação de projetos turísticos em áreas naturais e rurais, aspectos encontrados na comunidade - objeto de estudo.

Na revisão da literatura foram consultados autores e pesquisadores diversos (Beni, 2003; Catai, 2006; Coriolano *et al.*, 2009; Irving, 2007; Molina, 2001,2005; Rodrigues, 2003,2007; Ruschmann, 1997,2000) entre outros, formulando base teórica necessária para discussão do tema e o encaixe das ideias, de acordo com a área de estudo de cada um, contribuindo para a otimização da produção. Tiveram ênfase os trabalhos de autores que contemplam as áreas de inclusão social no turismo, preservação e conservação do meio ambiente, acréscimo econômico, planejamento e desenvolvimento turístico, entre outros, elementos suficientes para a compreensão e o delineamento dos objetivos do trabalho.

5. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A população como protagonista do seu ambiente de vida e executora das atividades nele desenvolvidas é parte importante da coleta de informações relacionadas às pesquisas de campo. Dessa forma, a percepção do indivíduo em um ambiente coletivo refere-se ao pensamento comum. Assim, a pesquisa na comunidade Lagoa da Prata foi realizada com indivíduos dos gêneros masculino e feminino, com idades a partir dos 16 anos.

Na reunião dos dados, o grau de escolaridade dos que possuem até o ensino médio (incompleto) respondem por 82,9%, fato que torna inviável algumas formas de trabalho que exigem maior nível de escolaridade, como a inclusão em indústrias e/ou em empresas do ramo

da informática. Porém, essa condição educacional não é fator de exclusão para alguns segmentos do turismo, como o comunitário e o rural, logo, estes não requerem grau elevado de escolaridade, mas sim o contato direto e a troca de experiências entre visitantes e visitados, iniciando o processo de interação turística. Segundo Coriolano *et al.* (2009, pp. 189-190), esse tipo de turismo pode “[...] abrir espaços para os jovens para que possam capacitar-se e permanecer no lugar”. Ruschmann (2000, p. 65) vai mais além, a pesquisadora afirma:

Assim como o turismo convencional, o turismo rural constitui uma fonte de renda, proveniente de impostos e de divisas para as localidades onde ocorre; gera empregos para a mão-de-obra local, fazendo reverter, em certos casos, o processo de êxodo rural dos jovens, que já não precisam migrar para as grandes cidades em busca de empregos; estimula uma série de atividades produtivas, inerentes ao contexto rural, tais como produtos agrícolas, vestuário específico, construções e serviços públicos, transporte e seguros.

Nesta perspectiva, essa modalidade tende a diminuir, reverter e/ou anular o efeito do êxodo rural, grave problema que atinge boa parte das zonas rurais em todo o país, inclusive na comunidade em questão. Por tudo isso, Dias e Aguiar (2002) chamam atenção para esse fator, para os pesquisadores, a difusão do turismo no espaço rural pode transformar os autóctones ao ponto de a aculturação ser mais evidente, causando certa preocupação. Muitas das vezes o homem do campo, ao participar do turismo na sua localidade, passa a trabalhar em funções diferentes das suas, ocasionando alterações comportamentais, uma delas é “copiar” o turista a partir de suas culturas que são alheias ao trabalhador do campo. Em continuação, Ramos, Moura e Macêdo (2013, p. 574) acrescentam:

Estabelecer perspectivas de desenvolvimento faz do turismo uma atividade articulada ao desenvolvimento local apresentando características genuínas, pela inserção de novos produtos e, com isso, a geração de novos empregos e investimentos para a comunidade receptora.

A partir disso, verifica-se um modo coerente de estabelecer desenvolvimento para as comunidades receptoras através do turismo, seja do modo tradicional ou pelo incremento de novos produtos e tendências, mas com benefícios semelhantes: a geração de emprego e de renda aliado à preservação das características culturais e do respeito ao meio ambiente.

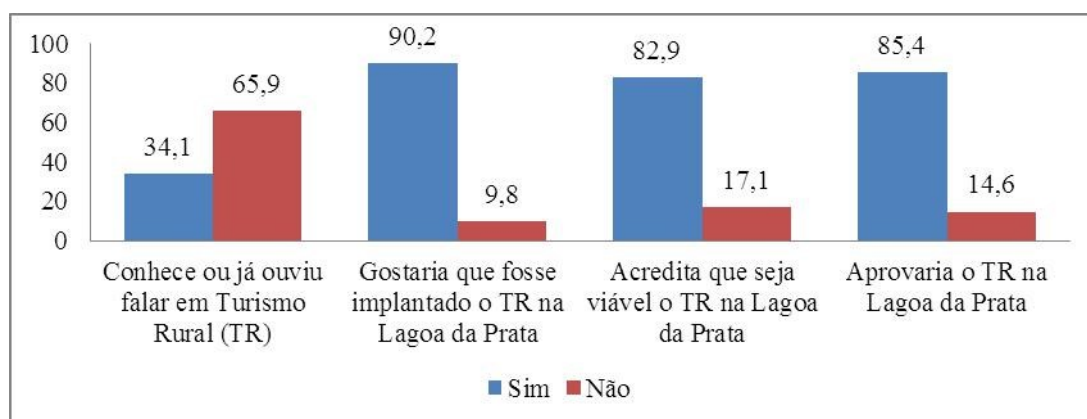
No âmbito ocupacional, a pesquisa mostrou o que já se presumia, as principais atividades econômicas empreendidas na comunidade se resumem à agricultura (22%) e em segundo lugar à pesca (14,6%), estas realizadas de maneira tradicional e artesanal, forte atrativo para o turismo rural (Coriolano *et al.*, 2009). Eusébio e Figueiredo (2014) vão mais além, as autoras atentam para o fato de que essa peculiaridade nos espaços ruralizados, seguindo a proposta de turismo rural, tende a estimular a manutenção dos traços culturais da comunidade receptora, contribuindo à melhoria da qualidade de vida dos residentes, isso, no

turismo, aperfeiçoa o processo de satisfação turística, ocasionada a partir da interação dos turistas com os nativos.

Quanto à renda familiar, 43,9% vivem com uma renda compreendida entre R\$ 500 e R\$ 1.000,00 enquanto que 29,3% responderam viver com até R\$ 500,00 por mês. Este questionamento sobre a renda foi respondido com naturalidade e espontaneidade, não havendo rejeição por parte de nenhum dos respondentes, porém a menor faixa de renda (até R\$ 500,00/mês) parecia estar mais consciente e expressava maior satisfação com a renda, embora muitos afirmarem a vontade de faturar um pouco mais. Teoricamente a condição financeira da população não é baixa, todavia, esta não é totalmente monetária, boa parte é advinda da troca de produtos agropecuários e pescados, comumente conhecido por escambo, chamado nas Ciências Econômicas de “renda invisível”, pois não é verificado o uso de moeda para negociação. Outro ponto a ser abordado é que estas famílias, em média, são compostas por 4,5 indivíduos, assim, a renda per capita é relativamente baixa, dificultando o sustento dos indivíduos. Nesse contexto, os programas de fortalecimento e apoio à agricultura familiar, criados pelo Governo Federal, supracitados, aparecem como relevante no que se refere ao incremento e à melhoria da renda das famílias do meio rural, podendo facilmente ser desenvolvidos na comunidade.

Após a análise socioeconômica, a pesquisa buscou saber da população da Lagoa da Prata informações acerca da atividade turística, tratando da possibilidade de implantação do turismo rural na região. Com isso, a pesquisa revelou que 65,9% dos respondentes não conhecem ou nunca ouviram falar em turismo rural (Gráfico 1), com a resposta negativa a pesquisa só prosseguia após o pesquisador explicar os detalhes do segmento. Consistia em informar ao respondente como é concebido na prática o turismo rural. A explicação levava de dois a três minutos e abrangia basicamente a fase de execução do segmento, desde a captação do visitante até o seu retorno, implicando o contato do morador com os turistas, como também os aspectos positivos deste segmento quando da presença de planejamento, deixando o pesquisado ciente de o que viria a ser turismo rural. Depois de detalhado, 90,2% afirmaram ser favoráveis à implantação do turismo rural na Lagoa da Prata, enquanto 9,8% responderam negativamente a pergunta. Quando perguntados se acreditam na viabilidade do segmento na comunidade, disseram “sim” 82,9%, os outros 17,1% exprimiram negação. Outro dado de interesse foi quando 85,4% responderam “sim” quando perguntados se aprovariam o turismo rural na localidade, os outros 14,6% posicionaram-se de forma contrária (Gráfico 1).

Gráfico 1: Distribuição percentual dos moradores da Lagoa da Prata sobre turismo rural.



Fonte: autores

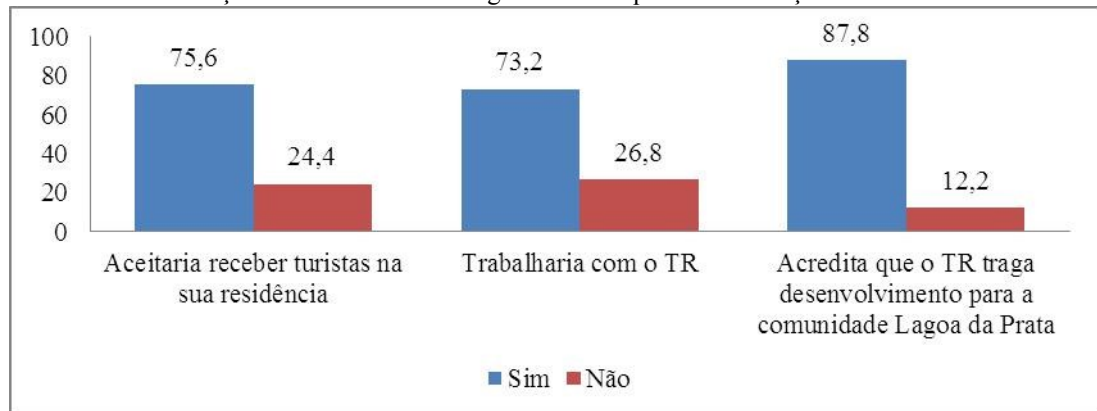
Neste contexto, a aceitação e aprovação do turismo pelos moradores são imprescindíveis para o desenvolvimento do setor, pois causa influência direta no tratamento dado ao visitante. Nessa perspectiva, Magalhães (2002 como citado em Carvalho, 2010, p. 483) afirma:

[...] à medida que a comunidade vai se sentindo envolvida, torna-se mais motivada em relação a sua participação no processo de desenvolvimento do turismo, o que pode levar ao surgimento do senso de responsabilidade de ser guardião dos patrimônios natural, histórico e cultural da localidade.

Desse modo, a integração da comunidade é de suma importância ao desenvolvimento do turismo no ambiente receptor, a aceitação e aprovação por parte dos moradores da Lagoa da Prata viabilizaria possíveis projetos do setor na localidade, trazendo impactos positivos diretos à população, como acréscimo e aumento da renda, difusão e dinamismo cultural, melhoria da infraestrutura básica, entre outros. Neste mesmo cenário, Dias e Aguiar (2002) novamente comentam sobre as implicações na execução do turismo, para os autores, é importante estar atento às formas de comportamento dos visitantes e as reações com os anfitriões, pois a diferença cultural pode promover diferentes concepções e, em alguns casos, revelar conflitos, uma vez que “os choques culturais conduzem à tensão tanto no grupo visitante quanto no visitado, e de modo geral leva o turista a ter certa aversão aos lugares que está visitando” (Dias & Aguiar, 2002, p. 144).

Apesar de otimistas e de se mostrarem favoráveis à implantação do turismo rural na comunidade, a positividade cai um pouco quando a pergunta é relacionada diretamente ao indivíduo. Quando indagados se aceitariam receber turistas em suas residências, 75,6% disseram “sim” e 24,4%, “não” (Gráfico 2). Mesmo em queda a aceitação passa dos $\frac{3}{4}$ da população, número de aceitação considerado alto, podendo ser elevado a partir de ações desenvolvidas junto a parceiros e outros organismos que ofereçam capacitação e melhor preparo para a execução do segmento no local.

Gráfico 2: Distribuição dos moradores da Lagoa da Prata quando a aceitação do turismo rural.



Fonte: autores

A percepção da população do local receptor deve ser apreciada e julgada pela comunidade para que se possa medir e definir a interação e a integração da população quanto à implantação de qualquer atividade no ambiente. Nesse contexto, de acordo com Regules, Cavalcanti, Tibério e Silva (2007, p. 29):

Para que o desenvolvimento turístico consiga se estabelecer de forma mais efetiva e sustentável, é muito importante contar com a participação e o envolvimento da comunidade local, já que sua compreensão da realidade é única. A partir de um processo participativo, fica mais fácil construir com sucesso boas políticas de turismo.

No turismo rural, esse processo de aprovação e participação da população tende a diminuir possíveis conflitos e estabelece meios para maximizar o equilíbrio e a harmonia no encontro de residentes e visitantes nas comunidades rurais, possibilitando o sucesso da atividade (Regules *et al.*, 2007). Dias e Aguiar (2002) afirmam que o planejamento participativo é uma das ações mais seguras de se estabelecer a equidade entre os visitantes e os visitados na interação turística. Ademais, possibilita o envolvimento junto à participação de todos, tornando democrática a realização e a execução da atividade do turismo em comunidades distantes dos centros urbanos, como é o caso da Lagoa da Prata.

Quando perguntados se trabalhariam diretamente em alguma atividade ligada ao turismo rural, os números caem um pouco mais, 73,2% afirmações “sim” e os outros 26,8% responderam “não”. Essa baixa está relacionada ao fato de julgarem que para trabalhar com turismo rural é necessário ter escolaridade e saber falar outras línguas, o que nem sempre é verdade, engana-se quem pensa que as funções desempenhadas neste segmento requer nível elevado de escolaridade, mas sim o uso de práticas tradicionais (Coriolano *et al.*, 2009). Ramos, Moura e Macêdo (2013, p. 577) trazem considerações acerca da participação e do envolvimento dos autóctones no processo de execução do turismo rural, para os autores,

[...] o turismo rural e o agroturismo apresentam alternativas para as pequenas famílias agricultoras, no sentido de melhorar seu nível de vida e manter a população

no espaço rural, exigindo, contudo, que as comunidades rurais se articulem para favorecer o incremento ao segmento, identificando-se por meio da estruturação da oferta turística para que assim possam fortalecer o produto e a demanda.

Quando perguntados se acreditam no desenvolvimento da comunidade através do turismo rural, 87,8% responderam “sim” e apenas 12,2% “não” (Gráfico 2). Para Irving (2007), a atuação do turismo no espaço ruralizado propicia ganhos significativos aos nativos, ao ambiente, à economia e à cultura local. Nesse mesmo contexto, Smith e Eadington (1994 como citado em Pérez, 2009, p. 256) salientam os princípios básicos para o planejamento do espaço turístico a fim de desenvolvê-lo de modo sustentável:

O uso ou o aproveitamento turístico do meio rural, prestando atenção aos princípios do desenvolvimento sustentável, caracterizado por gerar efeitos eminentemente positivos (conservação do património, protecção do meio), promove-se em áreas “não invadidas”, incluir a população local como actores culturais, ser minoritário e promover, através de encontros espontâneos a participação, o contacto cultural.

Portanto, a pesquisa de campo aponta como positiva a aceitação da comunidade da Lagoa da Prata com relação à possibilidade de implantação do turismo rural na localidade. Destarte, a fundamentação teórica evidenciou como o processo de planejamento do espaço potencialmente turístico pode favorecer o desenvolvimento de modo sustentável. Assim, a geração atual tem sua necessidade garantida, sem que haja comprometimento às gerações seguintes.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A comunidade Lagoa da Prata possui diversos atrativos turísticos naturais e culturais (rio, lagoa, trilhas, manifestações culturais, atividades agropastoris, pesca artesanal), potencialidades que possibilitam a implantação do turismo rural como vetor de desenvolvimento local, soma-se a isso os ganhos com a proteção e a manutenção das tradições do homem do campo evidenciados pelas atividades rurais e formas de construção social, princípios para o desenvolvimento pautado na sustentabilidade.

A revisão da literatura mostrou os benefícios trazidos com o segmento do turismo rural de forma planejada e a pesquisa de campo comprovou a aceitação da população quanto à instalação de um possível projeto turístico voltado à exploração da região por meio do supracitado segmento.

Com base nos dados e na conjuntura local, a exploração turística de forma sustentável poderia ser iniciada, a princípio, com a população residente organizada. Para isso, a consultoria especializada do SEBRAE, as ações desenvolvidas pelas instituições públicas de

ensino através do curso de Bacharelado em Turismo da UFPI, secretarias municipais, bancos públicos, entre outros, poderiam atuar na aplicação das ações futuras para o desenvolvimento do turismo rural na comunidade, pleiteando os benefícios elencados no decorrer do trabalho.

Portanto, cabe aos atores sociais envolvidos estar em conformidade com os estudos e a pesquisa, a fim de se estabelecer um plano de desenvolvimento turístico local, que consiste, basicamente, em um planejamento específico de modo participativo, englobando a população da Lagoa da Prata e seus representantes, iniciando um processo organizacional, com vistas a estabelecer diretrizes e formas de atuação no segmento com feição ordeira e simplista, garantindo harmonia e equilíbrio social, aspectos pautados quando há envolvimento de indivíduos e que possuem uma finalidade em comum.

REFERÊNCIAS

- Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. (2010). *Perfil Municipal – Parnaíba, PI*. Recuperado em 22 setembro, 2014, de http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil/parnaiba_pi
- Beni, M. C. (2003). *Análise Estrutural do Turismo*. (9a ed.). São Paulo: SENAC.
- Butler, R. (1980). The concept of a tourism area of life cycle of evolution: implications for management of resources. *Canadian Geographer*, 19(1), 5-12.
- Candiotto, L. Z. P. (2013). O discurso da viabilidade do turismo rural na agricultura familiar: o Programa Nacional de Turismo na Agricultura Familiar (PNTRAF) e o papel do estado do Paraná no contexto. *Revista de Cultura e Turismo*, 7(2), 111-131.
- Carvalho, S. M. S. (2010). A percepção do turismo por parte da comunidade local e dos turistas no município de Cajueiro da Praia – PI. *Revista Turismo em Análise*, 21(3), 470-493.
- Catai, H. (Org.). (2006). *Ambiente Rural é Turístico. Manual para Elaboração de Inventário Turístico em Propriedades Rurais*. Ribeirão Preto: Autores.
- Coriolano, L. N. M. T., Araújo, A. M. M., Vasconcelos, F. P., Almeida, H. M., Rocha, A. M., Gonçalves, A., Lima, A. C. G., Quintiliano, A. B., Sampaio, C. F., Mendes, E. G., Nascimento, I. V. O., Gonçalves, M. M. P., Souza Neto, G. F., Barbosa, L. M., Souza, E. A. L., Sales, E. A., Parente, K. M. N., & Rodrigues, T. C. (2009). *Arranjos Produtivos do Turismo Comunitário: Atores e Cenários em Mudança*. Fortaleza: EdUECE.
- Dias, H. D. S. (2011). *A viabilidade do turismo rural como vetor de desenvolvimento para a comunidade local de Ilha Grande – PI*. Monografia, Universidade Federal do Piauí, Parnaíba, Brasil.

- Dias, R., & Aguiar, M. R. (2002). *Fundamentos do turismo: conceitos, normas e definições*. Campinas, SP: Alínea.
- Eusébio, C., & Figueiredo, E. (2014). Desenvolvimento sustentável de destinos rurais. In E. Kastenholz (Coord.). *Reinventar o turismo rural em Portugal: cocriação de experiências turísticas sustentáveis*. Aveiro, Portugal: UA Editora.
- Gil, A. C. (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. (6a ed.). São Paulo: Atlas.
- Ignarra, L. R. (2001). *Fundamentos do Turismo*. São Paulo: Pioneira.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2014). *Piauí*. Recuperado em 22 setembro, 2014, de <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=220770>
- Instituto Brasileiro de Turismo. (1994). *Manual Operacional do Turismo Rural*. Brasília/DF: Autor.
- Instituto Brasileiro de Turismo. (2014). *Turismo já iguala indústria automobilística e de celulose em 2013*. Recuperado em 13 fevereiro, 2014, de http://www.embratur.gov.br/piembratur/opencms/salaImprensa/noticias/arquivos/Turiso_j_igual_industria_automobilistica_e_de_celulose_e_2013.html
- Instituto de Desenvolvimento do Turismo Rural. (2014). Recuperado em 08 outubro, 2014, de http://www.idestur.org.br/navegacao.asp?id_menu=1
- Irving, M. A. (2007). Sustentabilidade, turismo e sociedade. In P. P. Leite Júnior (Org.). *O valor social do turismo*. São Paulo: Roca.
- Loch, C., & Walkowski, M. C. (2009). O processo participativo no planejamento turístico do espaço rural de Alfredo Wagner/SC. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*, 3(1), 46-67.
- Lohmann, G., & Panosso Netto, A. (2008). *Teoria do turismo: conceitos, modelos e sistemas*. São Paulo: Aleph.
- Marconi, M. A., & Lakatos, E. M. (2003). *Fundamentos de metodologia científica*. (5a ed.). São Paulo: Atlas.
- Ministério do Turismo. (2008). *Ecoturismo: orientações básicas*. Brasília/DF: Autor.
- Molina, S. (2001). *Turismo e ecologia*. Bauru, SP: EDUSC.
- Molina, S. (2005). *Turismo: metodologia e planejamento*. Bauru, SP: EDUSC.
- Organização Internacional do Trabalho. (2011). *Manual para a Redução da Pobreza por meio do Turismo*. Geneva, Suíça: Autor.
- Pérez, X. P. (2009). *Turismo Cultural. Uma visão antropológica*. Tenerife, Espanha: Aca y Pasos.

Perinotto, A. R. C. (2008). *Turismo Pedagógico: uma ferramenta para a educação ambiental*. Recuperado em 30 janeiro, 2014, de <http://www.cadernovirtualdeturismo.com.br/site/artigo/pdf>

Programa Nacional de Turismo Rural na Agricultura Familiar. (2004). *Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)*. Brasília.

Ramos, R. G., Moura, V. M. C., & Macêdo, E. M. (2013). Perspectivas do desenvolvimento do turismo de base local em Simplício Mendes (PI). *Revista Brasileira de Ecoturismo*, 6(2), 572-585.

Regules, M. P. P., Cavalcanti, P. A. B., Tibério, W., & Silva, V. C. (2007). *Ética, meio ambiente e cidadania para o turismo*. São Paulo: IPSIS.

Rodrigues, A. B. (2003). Turismo rural no Brasil: ensaio de uma tipologia. In A. B. Rodrigues (Org.). *Turismo rural: práticas e perspectivas*. (2a ed.). São Paulo: Contexto.

_____. (2007). Turismo rural no Brasil – ensaio de uma nova tipologia. In J. A. Almeida & M. Riedl (Orgs.). *Turismo rural: ecologia, lazer e desenvolvimento*. Bauru, SP: EDUSC.

Ruschmann, D. V. M. (1997). (8a ed.). *Turismo e planejamento sustentável: A proteção do meio ambiente*. Campinas, SP: Papirus.

_____, D. V. M. (2000). O turismo rural e o desenvolvimento sustentável. In J. A. Almeida, J. M. Froehlich & M. Riedl. (Orgs.). *Turismo rural e desenvolvimento sustentável*. (2a ed.). Campinas, SP: Papirus.

Santos, G. E. O., & Kadota, D. K. (2012). *Economia do turismo*. São Paulo: Aleph.

Schneider, S., & Fialho, M. A. V. (2000). Atividades não agrícolas e turismo rural no Rio Grande do Sul. In J.A. Almeida & M. Riedl (Orgs.). *Turismo rural: ecologia, lazer e desenvolvimento*. Bauru, SP: EDUSC.

Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Piauí. (2012). *Plano Estratégico de desenvolvimento do turismo no Piauí – 2012/2020*. Teresina, PI.

Silva, E. V. (2007). Ecoturismo, turismo rural e patrimônio cultural. In G. Seabra (Org.). *Turismo de base Local: identidade cultural e desenvolvimento regional*. João Pessoa: Ed. Universitária/UFPB.

SPSS é IBM Corp. (2011). *IBM SPSS Statistics for Windows*, Version 20.0. Armonk, NY: IBM Corp.